
Pacientes com necessidades especiais – da regulamentação pública ao ensino odontológico

Patients with special needs – regulation of the public dental education

Sérgio Spezzia^{1*}, Stella Maria Coda Pinto A. Campos Vieira², Liliana Aparecida Mendonça V. Takaoka², Rosemary Baptista Martins Teixeira³, Ana Lúcia Goulart⁴, Benjamin Israel Kopelman⁴

¹Programa de Mestrado em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil; ²Programa de Doutorado em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil; ³Programa de Mestrado em Odontologia pela Universidade Paulista, São Paulo-SP, Brasil; ⁴Departamento de Pediatria Neonatal da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

Resumo

Objetivo – Analisar a educação odontológica em âmbito universitário voltada aos cuidados com pacientes portadores de necessidades especiais, considerando que tais indivíduos requerem cuidados especiais para atendimento odontológico por apresentarem uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial e emocional, que os impedem de serem submetidos a atendimento convencional. Indivíduos com necessidades especiais constituem população heterogênea, que apresenta parcial ou completa dependência e cuja vulnerabilidade tende a torná-los suscetíveis a distúrbios bucais e a comorbidades passíveis de comprometer sua qualidade de vida. Esses pacientes necessitam de adaptações especiais para as práticas da vida diária. Preparo e qualificação profissional são essenciais para os serviços de saúde que atendem essa população. **Métodos** – Foi realizado levantamento bibliográfico acerca de como procede o ensino da disciplina de Pacientes Especiais nas Faculdades de Odontologia em nosso país, procurou-se identificar também, estudos nos quais políticas públicas foram empregadas, visando amplificar a disseminação desses conhecimentos academicamente. **Resultados** – Averiguou-se que a disciplina geralmente não é obrigatória na graduação e que quando a disciplina está presente, têm-se carga horária variável, por vezes insuficiente, existindo oferta de formação complementar em cursos paralelos. **Conclusão** – Concluiu-se que o atendimento odontológico a pacientes especiais exige aporte de conhecimentos específicos e que não há regularidade e garantia desses conhecimentos serem adquiridos na graduação, implicando que políticas públicas de acesso a serviços de saúde para pacientes especiais ofereçam programas de capacitação e aperfeiçoamento aos profissionais da Odontologia para atuação nesses serviços.

Descritores: Pessoas com deficiência; Ensino; Políticas públicas

Abstract

Objective – To analyze the dental education in university environment geared to the care of patients with special needs, considering that such individuals require special care for dental care because they have one or more limitations, temporary or permanent mental order, physical, sensory and emotional, that prevent them from being subjected to conventional care. Individuals with special needs are heterogeneous population with partial or complete dependency and vulnerability which tends to make them susceptible to oral disorders and comorbidities likely to compromise their quality of life. These patients need special adaptations to the practices of everyday life. Preparation and professional training are essential to the health services that serve this population. **Methods** – literature review was conducted on how proceeds the teaching of Special Patients discipline in dental schools in our country, we tried to identify also studies in which public policies were applied, in order to amplify the spread of this knowledge academically. **Results** – An examination was that the discipline usually is not mandatory at graduation and when discipline is present, have been variable hours, sometimes insufficient, existing supply of additional training in parallel courses. **Conclusions** – It was concluded that dental care to patients requires special contribution of expertise and there is no guarantee regularity and such knowledge be acquired during their studies, implying that public policies of access to health services for special patients provide training and improvement programs to dental professionals to operate these services.

Descriptors: Disabled persons; Teaching; Public policies

Introdução

O termo “portadores de necessidades especiais” é a definição da *International Association of Dentistry for Disabilities and Oral Health*. O Ministério da Saúde emprega o termo “portador de deficiência”¹.

As pessoas com necessidades especiais constituem uma população heterogênea, que engloba deficiências físicas, mentais, neurológicas ou sociais. Devido à sua dependência e sua vulnerabilidade, estes indivíduos apresentam maior suscetibilidade a distúrbios bucais e outras comorbidades passíveis de comprometer sua qualidade de vida²⁻³.

Muito se questiona sobre a forma adequada de manejo

destes indivíduos e poucos são os profissionais interessados em suprir as suas carências odontológicas⁴⁻⁵.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que cerca de 10% da população de qualquer país em tempo de paz é portadora de algum tipo de deficiência, das quais, 5% é portadora de deficiência mental; 2% de deficiência física; 1,5% de deficiência auditiva; 0,5% de deficiência visual; e 1% de deficiência múltipla. Com base nesses percentuais, estima-se que no Brasil existam 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência (PPD)⁶.

A assistência à saúde das PPD, incluindo-se a assistência em reabilitação, deverá ser prestada, compreendendo desde as unidades básicas de saúde, os centros de atendimento em reabilitação, públicos ou privados

e organizações não-governamentais até os Centros de Referência em Reabilitação, responsáveis pelas ações de maior nível de complexidade⁶⁻⁷.

Desse modo, a atenção integral à saúde das PPD inclui a saúde bucal e a assistência odontológica, acompanhada de procedimentos anestésicos e outros, em casos específicos. Este atendimento deverá ser em regime ambulatorial especial ou em regime de internação, quando a natureza da seqüela, assim o exigir^{6,8}.

Na Odontologia é considerado paciente com necessidades especiais (PNE) todo usuário que apresente uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional⁹.

A falta de vivência clínica dos cirurgiões-dentistas e de recursos odontológicos, mesmo nos centros hospitalares, para tratamento preventivo, cirúrgico-restaurador e reabilitador e a falta de recursos financeiros, contribuem para que sejam adotadas soluções extremas, como exodontias múltiplas¹⁰⁻¹¹.

A resolução nº. 25/2002, Art. 4º, do Conselho Federal de Odontologia (CFO), publicada no Diário Oficial da União normatizou a esses pacientes algumas áreas de competência para intervenção odontológica, citam-se entre elas: prestar atenção odontológica aos pacientes com graves distúrbios de comportamento e emocionalmente perturbados; prestar atenção odontológica aos pacientes que apresentam condições incapacitantes, temporárias ou definitivas de nível ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; aprofundar estudos e prestar atenção aos pacientes que apresentam problemas especiais de saúde com repercussão na boca e estruturas anexas¹².

Os serviços devem se organizar para oferecer a esses pacientes atendimentos prioritários no âmbito da atenção primária, bem como estruturar atendimentos em unidades de referência especializada e hospitalar para os casos de maior complexidade, inclusive para atendimento sob anestesia geral. A estruturação de serviços em saúde bucal voltado para esta clientela requer a atenção em todos os níveis de complexidade¹².

Pesquisas apontam que há maior disposição e segurança do cirurgião dentista quando do atendimento de PNEs, uma vez que já se tenha sorvido conhecimento suficiente na graduação¹³.

As instituições de ensino superior (IES) no Brasil, incluindo as Faculdades de Odontologia tem suas estruturas pedagógicas (grade horária, disciplinas a serem ministradas, currículo mínimo diferenciado para cada curso de graduação em particular, entre outros), reguladas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, Lei 9.394/96¹⁴.

Na área do ensino odontológico, a ministração da disciplina de PNEs não é obrigatória por lei¹⁵. Desde o advento da referida lei em 1996, as universidades passaram a optar por incluir ou não determinadas disciplinas não obrigatórias em suas grades curriculares. Pode-se afirmar ainda, que os conteúdos ministrados, advindo

dessa prática, podem diferir de faculdade para faculdade, podendo uma mesma disciplina apresentar características específicas quanto ao nome pelo qual ela é designada, quanto a sua duração, quanto ao número de docentes que é empregado, inferindo também sobre o número de alunos a ser selecionado para assistir as aulas, além disso o conteúdo programático e a bibliografia recomendada também podem variar de instituição para instituição¹⁶.

O objetivo deste artigo foi o de analisar a educação odontológica em âmbito universitário voltada aos cuidados com pacientes portadores de necessidades especiais, considerando que tais indivíduos requerem cuidados especiais para atendimento odontológico por apresentarem uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial e emocional, que os impedem de serem submetidos a atendimento convencional.

Métodos

Foi realizado levantamento bibliográfico com busca nas bases: Pubmed, Scopus, Lilacs de estudos sobre como procede a educação odontológica voltada para pacientes especiais em âmbito acadêmico em nosso país, procurou-se identificar também através da busca, estudos nos quais políticas públicas foram empregadas, visando amplificar a disseminação desses conhecimentos academicamente.

Crerios de inclusão: foram considerados válidos estudos disponíveis nas bases bibliográficas nos idiomas inglês e português de periódicos nacionais e internacionais, bem como foram considerados, apontamentos de livros, dissertações e teses, envolvendo pacientes especiais pertencentes a todas as faixas etárias, independente do gênero e raça.

Crerios de exclusão: foram excluídos artigos que tinham enfoque sobre PNEs voltado para outras áreas da saúde que não a odontológica.

O projeto dessa pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), obtendo parecer de aprovação nº. 464.895/2013.

Resultados

Na realização da pesquisa bibliográfica foram consultados 13 artigos. Foram selecionados 10 artigos, sendo 6 de revisão e 4 de pesquisa original. Os 3 artigos de revisão restantes não estavam em conformidade com os critérios de inclusão adotados e portanto foram desconsiderados. Utilizou-se ainda mais 9 trabalhos, contendo apontamentos de monografias, dissertações, teses e livros.

Os artigos incluídos estão apresentados resumidamente no Quadro ao lado:

Discussão

Na área do ensino odontológico a disciplina de Pacientes Especiais não é obrigatória, o atual perfil que

Quadro 1. Artigos científicos incluídos no estudo.

Autor, data, tipo, fonte	Nome do Artigo	Assunto e informação importante
Bonato <i>et al.</i> , 2013, pesquisa original, ClipeOdonto.	Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia do Brasil.	É feito retrato do atual perfil educacional da disciplina de pacientes especiais nas faculdades de odontologia.
Dougherty, 2009, revisão, Spec Care Dentist.	The Dental Patient with Special Needs: a Review of Indications for Treatment under General Anesthesia.	Esse artigo revisa os principais cuidados odontológicos a serem tomados no atendimento aos pacientes especiais.
Mouradian & Corbin, 2003, revisão, J Dent Educ.	Addressing Health Disparities through Dental – Medical Collaborations, part II. Cross-special Themes in the Care of Special Population.	Faz-se menção as necessidades reais de atendimento de que esses pacientes precisam em âmbito odontológico.
Sigal, 2009, revisão, J Can Dent Assoc.	Time to Improve Access to Oral Health Care for Persons with Special Needs.	Cuidados odontológicos básicos para atendimento a pacientes especiais.
Silva <i>et al.</i> , 2005, pesquisa original, Revista Odonto Ciência Fac Odontol PUCRS	Avaliação do Perfil dos Pacientes com Necessidades Especiais da Clínica de Odontopediatria da Faculdade de Odontologia da PUCRS.	Observa-se as reais necessidades que o paciente especial tem no atendimento odontológico.
Peres <i>et al.</i> , 2005, revisão, Rev Fac Odontol Lins	Atendimento a Pacientes Especiais: Reflexão sobre os Aspectos Éticos e Legais.	Citam-se os principais aspectos éticos e legais a serem seguidos no atendimento odontológico dos pacientes especiais.
Tomita & Fagote, 1999, pesquisa original, Rev Odontol Sociedade	Programa Educativo em Saúde Bucal para Pacientes Especiais.	Aborda a necessidade de implantação de um programa preventivo-educativo, através da integração cirurgião dentista-paciente especial-família.
Griangrego, 1983, revisão, Spec Care Dentist.	Education for special care	Envolve aspectos educacionais acerca de como o cirurgião-dentista deve fazer o direcionamento de seus pacientes para atendimento.
Oliveira <i>et al.</i> , 2004, pesquisa original, Odontol Clin Cientif.	Impacto de um programa de educação e motivação de higiene oral direcionado a crianças portadoras de necessidades especiais.	Envolve orientações educacionais preventivas a pais e familiares dos pacientes especiais.
Reed, 1989, revisão, Spec Care Dentist.	Special patient care in the undergraduate curriculum.	Aborda como deve ser feito o ensino odontológico na disciplina de pacientes especiais.

ela ocupa nas Faculdades de Odontologia, advém de alguns parâmetros que foram sendo implantados e que foram causando influências, amoldando algumas características que tornaram-se intrínsecas dessa disciplina. Averiguou-se, apenas nesse contexto, que as instituições de ensino superior existentes em nosso país, incluindo as Faculdades de Odontologia devem operar preferencialmente em conformidade com o artigo 53, II, da lei nº. 9.394/96 contida na LDB¹⁴.

Todos os estudos averiguados continham dados sobre como é realizado atualmente o ensino universitário odontológico voltado para pacientes especiais e sobre como deveria ser prestado o atendimento odontológico para esses pacientes pelos profissionais, tanto no sistema

público, como no privado, no entanto, não foi encontrado registro da instituição de políticas públicas.

Segundo o estudo realizado por Fassina em 2006¹³, no Brasil existem 221 instituições de ensino superior que oferecem o curso de graduação em Odontologia, dessas o número de instituições pertinentes a oito estados (Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Roraima e Rondônia), o que corresponde ao total de 20 cursos, não tinham em sua grade curricular disciplina relativa a Odontologia para assistência a pacientes especiais. Nos demais Estados brasileiros, das 201 instituições de ensino com curso de graduação em Odontologia registradas, 56 (27,86%) apresentaram oferta de disciplina relativa à Odontologia para pacientes espe-

ciais, dessas, 34 disciplinas (60,71%) eram oferecidas na modalidade obrigatória, 14 (25%) na modalidade optativa e em 8 instituições a modalidade não estava disponível. Relacionado a forma de ministração de aulas, 27 (48,21%) disciplinas eram ministradas de forma teórico-prática, 25 (44,64%) apenas com conteúdo teórico e 4 (7,14%) apenas com conteúdo somente prático¹³.

Conforme Fassina¹³ (2006), existem Faculdades de Odontologia que fornecem o conteúdo relacionado a pacientes especiais a seus alunos na modalidade obrigatória, no entanto, existem outras que oferecem esse conteúdo programático sob forma optativa. Ocorre nesse caso, predomínio dessa disciplina com ministração de aulas sob forma teórico-clínica, no mais apenas um número bastante reduzido de faculdades profere aulas de cunho única e exclusivamente teórico.

Uma forma de compensar a falta de meios que foi encontrada é a de utilizar-se os projetos de extensão universitária, conectados aos cursos de graduação com a finalidade de promover embasamento relativo acerca do tema¹⁷.

Relacionado as atividades complementares que buscam proporcionar embasamento aos alunos, a participação num projeto de extensão universitária possibilita ao aluno preparação não só para a prestação de serviços, como também para o desenvolvimento de hábitos saudáveis, tanto no trabalho de pais e cuidadores, quanto nos próprios pacientes. Além disso, desenvolve-se postura crítica em relação à profissão¹⁷.

Diante das condições inerentes ao tratamento odontológico desses pacientes, o profissional, cuja formação não sintetizou esse conteúdo, permanece despreparado para dar assistência odontológica a esses indivíduos em especial.

Como todos sabemos, pessoas com deficiência estão atingindo idades cada vez mais avançadas em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos, dentre eles o avanço da Medicina. Além disso, o crescimento desta população decorre de sequelas provocadas por acidentes automobilísticos, pela violência e por acidentes vasculares encefálicos. Dessa forma, aumenta também a necessidade de odontólogos capacitados para atendimento dessa população, para tanto é essencial que ocorra o estabelecimento de políticas públicas efetivas nesse contexto e que se proceda a reorientação dos serviços de atendimento¹⁷.

Conclusão

Concluiu-se que o atendimento a pacientes especiais em Odontologia exige um aporte de conhecimentos específicos e que não há regularidade e garantia desses conhecimentos serem adquiridos na graduação, implicando que as políticas públicas de acesso a serviços de saúde para pacientes especiais ofereçam programas de capacitação e aperfeiçoamento aos profissionais da Odontologia para atuação nesses serviços.

Referências

1. Ministério da Saúde (BR). Programa Nacional de Assistência Odontológica Integrada ao Paciente Especial. Brasília: 1992.

2. Needlman RD. Crescimento e desenvolvimento. In: Behrman RE, Kliegman RM, Arvin AM. Tratado de Pediatria. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1997. p. 35-83.

3. Scully C, Kumar N. Dentistry for those requiring special care. *Prim Dent Care*. 2003; 10(1):17-22.

4. Guedes-Pinto AC. *Odontopediatria*. 4ª. ed. São Paulo: Ed. Santos; 1993.

5. Sigal A. Time to improve access to oral health care for persons with special needs. *J Can Dent Assoc*. 2009;75(7):517-9.

6. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de Legislação em Saúde da Pessoa com Deficiência. 2ª. Ed. revista e atualizada. Brasília: 2006.

7. Varellis MLZ. O Paciente com necessidades especiais na odontologia. Manual Prático. 1ª. ed. São Paulo: Ed. Santos; 2005.

8. Peres AS, Peres SHC, Silva RHA. Atendimento a pacientes especiais: reflexão sobre os aspectos éticos e legais. *Rev Fac Odontol*. 2005, 17(1):49-53.

9. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: 2006b (Cadernos de Atenção Básica, 17).

10. Lee PY, Chou MY, Chen YL, Chen LP, Wang CJ, Huang WH. Comprehensive dental treatment under general anesthesia in healthy and disabled children. *Chang Gung Med J*; 2009,32(6): 636-42.

11. Figueiredo JR. Campo Institucional da Odontologia para pacientes com necessidades especiais na região metropolitana de São Paulo, [Tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo: 2010.

12. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO nº 25/2002. Diário Oficial da União, 28 de maio de 2002. p. 148-9.

13. Fassina AP. Análise das disciplinas de pacientes portadores de necessidades especiais nas faculdades no Brasil em 2005 [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo; 2006.

14. Brasil. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

15. Ministério da Educação (BR). Resolução no. 3 de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Odontologia. Diário Oficial da União, Brasília (DF) 2002 mar. 04; Sec 1:10-1.

16. Carvalho ACP. Educação e saúde em Odontologia: ensino da prática e prática do ensino. São Paulo: Ed. Santos, 1995.

17. Resende VLS, Castilho LS, Souza ECV, Jorge WV. Atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. In: Anais do VIII Encontro de Extensão da UFMG: 2005; Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais; 2005.

Endereço para correspondência:

Sergio Spezzia
Ambulatório dos Prematuros
Escola Paulista de Medicina – Universidade Federal de São Paulo
Rua Diogo de Faria, 764 – Vila Clementino
São Paulo-SP, CEP 04037-002
Brasil

E-mail: sergiospezzia@hotmail.com

Recebido em 9 de junho de 2015
Aceito em 10 de junho de 2015